



RELATÓRIO

WORKSHOP LONGEVIDADE NOS MUNICÍPIOS:
DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

INSTITUTO DE
LONGEVIDADE | MONGERAL
AEGON



Agradecimentos

Agradecemos a colaboração do grupo organizador da oficina de trabalho e a participação dos representantes de municípios, pesquisadores e profissionais, conforme relação abaixo.

ANA BIANCA CIARLINI – Coordenadora do Idoso, vice-presidente do Conselho Municipal do Idoso da Prefeitura Municipal de Santos

ANTÔNIO LEITÃO – Gerente Institucional de Longevidade Mongeral Aegon

BORIS GARAY – Designer gráfico, autor do projeto “Livro Criativo – oficina para idosos com diários gráficos”

DAVID DE AQUINO FILHO – Embaixador do LAB60+ no Rio de Janeiro

EDMAR OLIVEIRA FREIRE – Presidente do Conselho do Idoso e conselheiro de Cultura do município de Guapimirim, assistente social da Secretaria Municipal de Educação

FERNANDA SALAZAR – Diretora do Programa Rio em Foco do Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro

FERNANDO ABRUCIO – Coordenador do Curso de Graduação em Administração Pública da Fundação Getulio Vargas

FERNANDO MOTA – Membro do Conselho de Administração da Mongeral Aegon

GABRIELA MAIA REIS – Colaboradora Institucional do Instituto de Longevidade Mongeral Aegon

GISELLE FELIX – Empreendedora na área da saúde, sócia fundadora da Meu Spa, fundou a Healthy startup de saúde digital

HELOÍSA LANDIM – Gestora da Pasta de Superintendência Municipal do Envelhecimento Saudável e Ativo da Prefeitura de Campos dos Goytacazes

HENRIQUE NOYA – Diretor Executivo do Instituto de Longevidade Mongeral Aegon

ILMA DE OLIVEIRA – Bolsista de iniciação científica sênior na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

LAURA MACHADO – Diretora Executiva da InterAGE Consultoria em Gerontologia Ltda., representante da International Association of Gerontology and Geriatrics (IAGG) na ONU, membro do Conselho Diretor da ONG HelpAge International.

LUÍS MERCÊS – Profissional da área de Relações Governamentais e Institucionais do Itaú Unibanco

MÁRCIA TAVARES – Fundadora & CEO da startup WeAge, autora e palestrante do livro “Trabalho e Longevidade”

NEY OTTOLINI – Prefeitura de Campos dos Goytacazes (RJ)

RAFAEL DE PINHO – Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e superintendente executivo na Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos no Rio de Janeiro

RENATO GOMES – Analista de Projetos Institucional do Instituto de Longevidade Mongeral Aegon

RICARDO LUIZ DE OLIVEIRA – Biólogo e Gestor Ambiental da Selo Verde Comercial Agrícola Ltda.

SANDRA LIMA POLLO – Assessora da Coordenadoria de Promoção e Proteção da Subsecretaria de Políticas para o Idoso

SILVIA COSTA – Pesquisadora do grupo de pesquisa “Tecnologias, Culturas e Práticas Interativas e Inovação em Saúde”, da Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz. Ex-diretora do Departamento de Atenção ao Idoso/SNPDH/Ministério do Desenvolvimento Social

VERA DAMAZIO – Professora da PUC-Rio, coordenadora do programa de extensão universitária PUC-Rio mais de 50, em prol da Longevidade com qualidade

WADSON ARANTES GAMA – Professor assistente da Faculdade de Piracanjuba, professor visitante da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, professor de pós-graduação do IPOG

WESLEY MENDES DA SILVA – Professor e pesquisador na área de Finanças da Fundação Getulio Vargas

Sumário

Introdução	
Envelhecimento, longevidade e políticas públicas no Brasil	7
Contexto e histórico do projeto	11
Workshop	
“Longevidade nos Municípios: Desafios para as Políticas Públicas”	12
Gestão Pública	13
Considerações finais	19
Referências	21



Parabéns aos craques da nossa seleção!

Campes dos
Goyas

EDAP

Santos
Mendes

Geoplúden

VANDA SOUZA

CONGRESSO
DA HONCE...

WILLIAN QUEIROZ

...tram com tudo
para alcançar a
satis... dos nossos clientes.

18/07/20...

INTRODUÇÃO

Envelhecimento, longevidade e políticas públicas no Brasil

Desde a década de 40, o Brasil passa por uma mudança demográfica crescente, influenciada pela diminuição das taxas de fecundidade e de mortalidade, entre as faixas etárias mais jovens da população. O fenômeno denominado “transição de fecundidade” gerou uma diminuição representativa da taxa de nascimento, além de alterações no padrão etário no qual as mulheres passam a ter sua gestação fora do período de maior fertilidade feminina. Um dos eventos que marcaram essa transição foi a implantação de métodos contraceptivos, responsável por uma queda significativa da taxa de fecundidade a partir da década de 80.^{1,2} Esse e outros eventos acarretaram um déficit na manutenção da amostra populacional, influenciados por aspectos econômicos, materiais, políticos, culturais e sociais denominados “processo de modernização”, que é consequência da mudança do papel da mulher na sociedade e da avaliação dos casais sobre suas condições para manterem determinado número de filhos.¹

As taxas de mortalidade entre os grupos populacionais mais jovens apresentaram queda significativa em relação à natalidade a partir da década de 50. Esse fato ocorre devido às ações exitosas de políticas públicas, como a melhoria do sistema de saúde, aliada aos avanços farmacológicos, destacando o desenvolvimento de antimicrobianos e o controle e redução de patologias pulmonares e infectocontagiosas com elevada incidência de mortalidade. Outros fatores que merecem destaque são melhorias na infraestrutura urbana, regulamentação do trabalho, previdência social, melhoria da renda, escolaridade, domicílios com saneamento adequado, entre outros. Esses fatores contribuíram para, além da queda da mortalidade, o aumento da expectativa de vida da população. A associação entre queda na taxa de fecundidade e aumento na expectativa de vida é o que gera o fenômeno do envelhecimento populacional.^{1,2}

Conforme a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), no período de 2012 e 2016 a população idosa com 60 anos ou mais passou de 12,8% para 14,4%, sendo esse total representado por 6,3% de indivíduos do sexo masculino e 8,1% do feminino, totalizando 29,6 milhões de pessoas. A maior taxa está concentrada nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, onde esse grupo etário chega a representar 16% dos habitantes. Em contrapartida, no mesmo período, a população infantil (0 a 9 anos) apresentou uma redução de 14,1% para 12,9%. A maior concentração dessa massa



populacional ocorre na Região Norte, onde a faixa etária de 0 a 9 anos representa 17% e a de 10 a 19 anos soma 19,7%.^{3,4} A fecundidade no Brasil passou de 2,9 filhos por mulher em 2000 para 1,9 em 2010. A projeção para 2030 é de 1,5 filho por mulher.¹

Na década de 40, os níveis de fecundidade nas regiões Sul e Sudeste já eram mais baixos que nas regiões Norte e Nordeste. Essa diferença progrediu entre os anos de 1960 a 1980 e perpetua-se até os dias de hoje. Esse cenário causa impacto na diferenciação etária da população. Além das taxas de fecundidade e mortalidade, é imprescindível considerar o comportamento migratório no processo de alterações demográficas, que influencia aspectos sociais, econômicos e regionais, além da projeção da população. O Sudeste e o Nordeste são regiões que ocasionam importante fluxo de absorção e expulsão migratória. A busca por maiores mercados de trabalho nas áreas de urbanização crescente e, conseqüentemente, com melhores oportunidades de trabalho, tem como consequência a redução de estruturas familiares e redes de segurança social nas áreas rurais.¹

É evidente que o processo de transição demográfica afeta os grupos etários. Portanto, é imprescindível ampliar o olhar para programas de políticas públicas que atendam e envolvam a população com suas características específicas, garantindo melhoria no bem-estar e mais longevidade aos indivíduos. No Brasil, podemos citar ações como a publicação do Estatuto da Criança e Adolescente, Estatuto da Juventude, Estatuto do Idoso, políticas e programas de saúde materno-infantil e assistência em planejamento familiar, entre outros. Em linha com o aumento da população idosa, cabe ressaltar a publicação da Política Nacional do Idoso (PNI) em janeiro de 1994, através da Lei nº 8.842, regulamentada pelo Decreto nº 1.948/96. Essa política tem como objetivo “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para manter sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”, e traz como um dos princípios norteadores o dever da sociedade, família e Estado de assegurar os direitos à cidadania e defender sua dignidade, bem-estar e o direito à vida.^{5, 6, 7}

Legitimando a importância da qualidade da saúde



oferecida à população idosa, foi aprovada dentro da PNI, pela Portaria nº 2.528, em outubro de 2006, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Tal política tem como finalidade manter e promover a autonomia e a independência dos indivíduos idosos através de medidas coletivas e individuais de saúde.⁸ Já a Portaria MS nº 702, de 12 de abril de 2002, destaca o importante papel dos Centros de Referência em Assistência à Saúde do Idoso, instituições que dispõem de estrutura física e profissional para prestação de assistência à saúde do idoso de forma integral nas diversas modalidades, inclusive atendimento ambulatorial e domiciliar.⁹

É necessário superar inúmeros desafios para que a população acumule mais anos de vida com qualidade. Os programas de imunização, saneamento básico, desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias na saúde, prevenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis aliadas à gestão eficiente, são estratégias importantes a serem consideradas no planejamento de ações para a promoção da longevidade.

Segundo a OMS, o envelhecimento saudável é mais que a ausência de doenças; trata-se, antes, da manutenção da habilidade funcional. Seguindo essa linha de raciocínio, a entidade lançou o Programa Envelhecimento Ativo: uma política de saúde, desenvolvida pela Unidade de Envelhecimento e Curso de Vida. A proposta é ajudar pessoas a permanecerem independentes e ativas ao longo de suas vidas, abordando a questão da saúde a partir de uma perspectiva ampla e entendendo que para sua manutenção são necessárias ações multi-setoriais.¹⁰

Diante de todo esse cenário, cabe ressaltar que o processo de transição demográfica ocasiona consequências nas áreas econômica e social, gerando mudança de comportamento e impactando a condição da qualidade de vida da população. O comportamento e variações desses componentes demográficos precisam ser considerados nas articulações para mudanças, discussões de dimensões sociais e de políticas públicas que atendam o quadro atual e promovam a melhoria da transição conforme a necessidade do país.¹



unicipípios
públi

10



PROPOSTA DE
PÚBLICA PARA
LONGO VOAGE

António Nave
Presidente da Associação



PRO
PÚ
LO

W
LO
NOS
DESA
POLÍT

Contexto e histórico do projeto

O Projeto Gestão Pública para Longevidade foi desenvolvido em uma parceria entre o Instituto de Longevidade Mongeral Aegon e o Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos. Financiado por meio do Fundo Nacional do Idoso, o projeto tem como objetivo desenvolver e oferecer capacitação em mensuração de bem-estar dos idosos e em gestão por processo a gestores públicos municipais de cidades brasileiras.

O Instituto de Longevidade Mongeral Aegon é uma associação civil sem finalidade lucrativa que tem por objetivo básico a defesa e proteção dos interesses individuais, coletivos e difusos da população acima de 50 anos, assim como de suas entidades representativas. É promotor da causa da população sênior e do debate dos impactos socioeconômicos da longevidade na sociedade brasileira.

Uma das áreas de atuação do Instituto de Longevidade Mongeral Aegon é chamada Cidades e Longevidade. Tendo por motivação a relevância da interação envelhecimento populacional x urbanização, buscou-se maneiras de fazer avançar essa discussão por meio da busca de resposta à pergunta: “qual o grau de preparação dos municípios brasileiros para gerir o envelhecimento de suas populações?”. Ou, sob a ótica do beneficiário: qual o grau de bem-estar que cada cidade oferece a seus idosos?

Para responder a essas questões, foi desenvolvido o projeto Índice de Desenvolvimento Urbano para Longevidade (IDL). O IDL é uma metodologia de avaliação do bem-estar proporcionado pelas cidades aos cidadãos à medida que eles envelhecem. Por meio do IDL, foram avaliados 498 municípios de todas as regiões do país. A conclusão da aplicação do IDL é que há muito por fazer nas cidades brasileiras em termos de preparação para o envelhecimento da população.

Daí surgiu a motivação da criação do projeto Gestão Pública para Longevidade. Ao capacitar gestores públicos de cidades a usar o IDL como ferramenta para tomada de decisão (mensuração de bem-estar dos idosos) e a planejar ações de melhoria e aprimoramento da gestão pública em suas cidades, espera-se aprimorar a governança municipal da longevidade e, com isso, melhorar a qualidade de vida proporcionada às pessoas, sobretudo às mais velhas, pelas cidades.



WORKSHOP

“Longevidade nos Municípios: Desafios para as Políticas Públicas”

O workshop “Longevidade nos Municípios: Desafios para as Políticas Públicas”, que ocorreu nos dias 17 e 18 de julho de 2018, foi o evento de lançamento e divulgação do projeto Gestão Pública para a Longevidade. O objetivo do workshop foi dar a saber a representantes de municípios a existência do projeto, em particular do curso de Gestão Pública para Longevidade.

A programação do workshop foi composta de palestra sobre Gestão Pública Municipal no Brasil, realizada por Fernando Abrucio (professor de Administração Pública da FGV – SP); palestra sobre Mensuração de Bem-Estar do Idoso, realizada por Wesley Mendes da Silva (professor do Instituto de Finanças da FGV – SP); e apresentações de representantes de municípios sobre experiências de gestão da longevidade e políticas para idosos em suas localidades. A seguir, são relatados os principais pontos discutidos durante o evento.

Gestão Pública

Fernando Abrucio trouxe importantes contribuições referentes à questão da Gestão Pública Municipal no Brasil. Entre os pontos abordados, constaram: como as políticas públicas são aplicadas nos municípios brasileiros, quais os desafios a serem superados e a relevância em garantir bem-estar para a população idosa. Em sua apresentação, foi enfatizada a importância da gestão pública como ponto principal para atender às necessidades e qualidade de vida do cidadão no mundo contemporâneo. A essência dessa gestão, representada pelos serviços públicos e a garantia de direitos, é um tema que será cada vez mais importante, influenciado pela busca constante de capacitação devido à progressão da longevidade, principalmente para as mulheres. Acrescentou-se que o Brasil enfrenta importantes desafios para gestão pública, como:

- Melhorar os processos de gestão de pessoas – seleção, avaliação e desenvolvimento).
- Trabalhar gestão por resultados.
- Melhorar os processos de desburocratização e transparência.
- Proporcionar a intersetorialidade da ação governamental.
- Aumentar e aprimorar as parcerias com a sociedade.
- Gerar planejamento estratégico a partir do entendimento contínuo e estruturado das mudanças sociais.
- Planejar a longo prazo.

Isso se reflete nos municípios, onde a grande maioria das implementações das políticas públicas são feitas. A qualidade dessas políticas e conseqüentemente da gestão precisa estar associada ao nível de conhecimento, técnica e resultados de qualidade. Nesse contexto, se insere a política do idoso, extremamente necessária devido às questões demográficas do país.

Entre as inúmeras contribuições no debate desse tema, após a explanação do professor Fernando Luiz Abrucio, pode-se concluir que as políticas do idoso/longevidade, incluindo as diferentes fases do desenvolvimento, precisam ter características intersetoriais para que haja devida valorização, força de articulação e elaboração de agendas que provoquem discussões e tomadas de decisão estratégicas. Atualmente a política do idoso é uma parte pequena do sistema, dificultando a articulação e por vezes a manutenção dos projetos empreendidos pela administração pública. Para perpetuá-la, torna-se necessária a conscientização social, a participação de idosos no planejamento dos programas e a busca de parcerias que contribuam para a conquista, apoio social e planejamento governamental.

O desenvolvimento e a fundamentação das políticas públicas exigem três aspectos essenciais:

1. Liderança – profissionais capacitados para mobilizar pessoas que articulem com meios de comunicação, disseminem as políticas e estabeleçam contato intersetorial.
2. Bom diagnóstico – ferramentas que forneçam dados fidedignos e proporcionem aos gestores o direcionamento do planejamento e execução dos projetos, mobilizem a sociedade no envolvimento e cobrança de ações e chamem a atenção da mídia.
3. Mudança Institucional – articulação política para institucionalizar as propostas e alcançar novas agendas para constantes discussões, planejamentos, execuções e continuidade das propostas.

Abrucio destacou ainda que, no contexto da política do idoso, a valorização do profissional acima dos 50 anos precisa ser intensificada. Aproveitar as experiências e disponibilidade desses talentos no apoio de novos profissionais e na continuidade das atividades relacionadas à área de atuação traz resultados positivos às empresas e instituições.

É essencial garantir o respeito ao investimento intelectual, desenvolvimento de competências e aquisição do conhecimento adquiridos durante a trajetória de vida do idoso. Essa valorização proporcionará a continuidade da produtividade, independência e manutenção de fonte de renda para melhoria da qualidade de vida.

Mensuração de bem-estar urbano para longevidade

Em sua participação, o objetivo de Wesley Mendes da Silva foi esclarecer aos participantes o racional de uma métrica de avaliação de bem-estar. Como Mendes da Silva esteve à frente do desenvolvimento do Índice de Desenvolvimento Urbano para Longevidade (IDL), primeiro projeto do Instituto de Longevidade Mongeral Aegon na área Cidades e Longevidade, sua apresentação foi muito centrada nessa metodologia. Além disso, o foco no IDL foi justificado por ser essa metodologia empregada na capacitação do projeto Gestão Pública para Longevidade.

Mendes da Silva começou destacando que o bom resultado de um trabalho como o IDL está relacionado à qualidade da informação, bem como à aplicação do método adequado. Sobretudo o primeiro ponto – a disponibilidade de informação de qualidade no país – pode ser um fator explicativo para que o Brasil ainda não possua métricas híbridas que contemplem a qualidade de vida nos municípios.

Mendes da Silva esclareceu que o IDL tem o propósito de democratizar e capilarizar informações de interesses governamentais, empresas e cidadãos. A métrica proporciona o entendimento dos problemas das cidades, alinha os serviços oferecidos considerando a necessidade das pessoas, melhora a qualidade de vida e incentiva a competitividade. Diante do exposto, a tecnologia colabora com a melhoria da transparência, permite o monitoramento pelos interessados e promove o engajamento da sociedade em diferentes esferas.



O debate sobre o tema proporcionou discussões sobre a sensibilização dos municípios para a importância da qualidade da informação, uniformização dos indicadores coletados por diversas fontes de dados, a importância da continuidade da aplicabilidade da ferramenta, bem como o desenvolvimento de novos índices relacionados à longevidade com foco em outras dimensões que interfiram na mudança demográfica atual.

Experiências de gestão da longevidade em municípios brasileiros

No segundo dia do evento, houve uma troca de experiências com a apresentação das iniciativas de representantes de municípios e de atores relevantes do campo da gestão pública focada na temática da longevidade. A seguir, uma lista dos participantes e das experiências citadas.

Ana Bianca Flores Ciarlini – Prefeitura Municipal de Santos

- Vilas Criativas
- Centros de Convivência do Idoso
- Casa Dia Mãezinha Joana
- Mindfulness/atenção plena
- Projeto “Vovô Sabe Tudo”
- República para idosos
- Terapias através da dança e alongamentos
- Rádio 60.0
- Atividades Físicas nas Unidades de Atenção Básica



- Terapia Comunitária da Secretaria de Saúde de Santos
- Ambulatórios e Especialidades
- Atendimento Domiciliar
- Pulseiras Televida/Saúde
- Grupo de coreografia de competição do JORI
- Projeto Vovô no Trânsito mostra a sua Maturidade

Wadson Arantes Gama – Goiânia

- Centro de Referência em Atenção à Saúde da Pessoa Idosa
- Grupos terapêuticos, como Roda de Conversa, Grupo de Memória, Grupo de Coral (música cantada), Grupo de Flauta Doce, Grupo de loga Terapia, Grupo do Fuxico (Atividades laborais), Grupo de Abordagem Intensiva ao Fumante, Grupos de Atividade Física, Grupo Cuidando do Cuidado e Grupos de Fisioterapia.
- Visita Domiciliar Programada da Equipe multiprofissional/interdisciplinar para o idoso com dificuldade de locomoção
- Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa
- Assessoria especial de proteção à pessoa idosa
- Grupos culturais: cursos de violão, teclado, sanfona, coral, dança portuguesa e cavaquinho
- Cia. de Teatro Senhoras do Cerrado

Silva Costa – Estratégia Brasil amigo da pessoa idosa

- Comissão interministerial em parceria com a OPAS/OMS - Programa Global Cidades e Comunidades Amiga do Idoso – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
- Selo Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa

Heloisa Landim Gomes– Campos de Goytacazes

- Fórum Intermunicipal de envelhecimento Saudável e Ativo – Reúne Municípios do Norte Fluminense
- Centro Dia do Idoso
- Centro Dia Guarus



- Criação e implementação da rede de proteção social com participação de importantes parcerias
- Casas de convivência do idoso
- Cadastro profissional dos artesãos para participação da feira
- Projeto jogos da maturidade
- Georreferenciamento dos idosos através de registros dos dados com as linhas de ônibus e UBS
- Sistema de indicador de acompanhamento

Sandra Lima Pollo – Rio de Janeiro

- Projeto casa de convivência
- Projeto agente experiente
- Projeto idoso em família
- Projeto Ral – Rio ar livre
- Denúncias de violação dos direitos da pessoa idosa

Edmar Oliveira Freire – Guapimirim

- Centro de Convivência do Idoso e da Juventude
- Baile da Melhor Idade
- Centro de Atendimento à Saúde do Idoso
- O Conselho Municipal do Idoso de Guapimirim

A troca de experiências entre os municípios participantes proporcionou o desenvolvimento de ideias e apontou possibilidades de ações para gestores de municípios para promover a melhoria da qualidade de vida do idoso. Ficou explícita nos discursos dos participantes a contribuição das palestras do primeiro dia para o entendimento e consenso de que o êxito na execução e manutenção dos projetos de gestão da longevidade está diretamente relacionado a fatores como envolvimento dos gestores públicos; existência de financiamentos destinados aos programas; envolvimento de alguns setores da sociedade, como universidades e empresas; capacidade de realizar articulações intersetoriais; colaboração entre municípios próximos.

A POLÍTICA DO IDOSO NO CONTEXTO DA GESTÃO MUNICIPAL

- BONS DIAGNÓSTICOS É O COMEÇO DE TUDO
- CONSTRUÇÃO DE EQUIPES VOLTADAS AO TEMA, COM ESPECIAL COMPETÊNCIAS – POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL É ESSENCIAL

A POLÍTICA DE IDOSOS É, INTRINSECAMENTE, INTERSETORIAL E REQUER ESTRUTURAS PARA LIDAR COM ISSO E MAIOR INTERSECÇÃO COM OUTROS SETORES

PARTECIPAÇÃO COM ATORES NÃO-GOVERNAMENTAIS, CONSOLIDANDO PARCERIAS E CONQUISTANDO APOIO SOCIAL

CONTRIBUIÇÃO MAIOR COM OS IDOSOS, AJUDANDO-OS NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

REFORÇO DO ENVELHECIMENTO GOVERNAMENTAL E CONTINUIDADE DE

Considerações finais

A transição demográfica é um fenômeno generalizado no país que proporciona impactos sociais, econômicos e culturais em meio a uma desigualdade social e territorial ocasionada por migrações populacionais entre as Unidades da Federação. As taxas de fecundidade e mortalidade têm importante impacto nessa realidade, a primeira não possibilita a reestruturação populacional e a segunda demonstra a melhoria da qualidade de vida com o aumento da longevidade.

É necessário se adaptar a esse cenário e, para isso, políticas públicas devem ser definidas considerando todos os aspectos envolvidos, como as necessidades das pessoas nas diversas etapas da vida e a possibilidade de otimizar a participação da população através do aproveitamento das competências e habilidades desenvolvidas. O Brasil conta com importantes projetos, norteados por legislações que contemplam essas necessidades. No entanto, cabe aos estados e municípios o planejamento, elaboração e execução de ações que possibilitem a execução da legislação. Diante da desigualdade da distribuição de renda pela Unidade Federativa que por vezes estimula o processo migratório, torna-se um desafio ao gestor definir a distribuição orçamentária para os diversos projetos que impactam na manutenção dos estados e municípios, além de proporcionar a melhoria da qualidade de vida.

O IDL é uma ferramenta diagnóstica que proporciona aos gestores a visualização clara e objetiva das condições de suas cidades para diversos segmentos, através de indicadores voltados para áreas essenciais como cuidados de saúde, bem-estar, finanças, habitação, educação e trabalho, cultura e engajamento e indicadores gerais, voltados para a longevidade. Esses dados poderão nortear a tomada de decisão para priorização de ações que tornem o município mais atrativo pela estrutura e qualidade de vida.

O Projeto de Gestão Pública para Longevidade, desenvolvido pelo Instituto de Longevidade Mongeral Aegon em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos, tem o propósito de oferecer ao principal agente de decisão da política pública o melhor aproveitamento dos dados públicos disponíveis, que são tratados através de uma metodologia analítica que dá origem ao IDL. Somados ao conhecimento gerado pelo índice, serão apresentados ao participante os principais conceitos e desafios da gestão pública municipal e uma metodologia de gestão por processos e inovação que, combinados, têm como objetivo capacitar o gestor público. A análise, associada às necessidades municipais, proporcionará a identificação de melhores estratégias para planejamento de ações e investimento focado no crescimento e desenvolvimento regional. O workshop foi o evento de kickoff do projeto Gestão Pública para Longevidade, que alcançou o objetivo de apresentar o Curso de Gestão Pública para Longevidade aos atores interessados em seu desenvolvimento em resultado, tais como empresas, organizações, universidades e gestores públicos.



Referências

1. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Estudos e análises** ISSN 2236-5265. Divulga estudos de caráter investigativo ou descritivo, a partir dos resultados de uma ou mais pesquisas, de autoria pessoal, que expressam opiniões e guardam analogia de forma e conteúdo com trabalhos acadêmicos. A série **Estudos e análises** está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informações. ISBN 978-85-240-4344-4 © IBGE. 2015
2. **BNDES**. Envelhecimento e transição demográfica. Acesso em 08/08/2018. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/envelhecimento-transicao-demografica>
3. **PNAD 2016: população idosa cresce 16,0% frente a 2012 e chega a 29,6 milhões** - Última Atualização: 24/11/2017. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18263-pnad-2016-populacao-idosa-cresce-16-0-frente-a-2012-e-chega-a-29-6-milhoes.html> - acessado em 22/07/18
4. **IBGE**, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Características Gerais dos Moradores – 2012 – 2016 ISBN 978-85-240-4428-1 ©IBGE, 2017. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101377_informativo.pdf
5. **Simões, Celso Cardoso da Silva** – Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2016. 119 p. - (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 2236-5265; n. 4)
6. **Presidência da República do Brasil**. Casa Civil. Política Nacional do Idoso. Subchefia para assuntos jurídicos. LEI nº 8.842, de 4 DE JANEIRO de 1994. Acesso em 08/08/2018. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8842.htm
7. **BNDES**. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006. Acesso em 05/08/2018. https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/9955/2/BS%2044%200%20desafio%20do%20envelhecimento%20populacional%20na%20perspectiva%20sistemica%20da%20saude_P.pdf
8. **Ministério da Saúde do Brasil**. Dispõe sobre a criação de mecanismos para a organização e implantação de Redes Estaduais de Assistência à Saúde do Idoso. Portaria MS nº 702, de 12 de abril de 2002.
9. Alessandra Conceição Leite Funchal Camacho, Maria José Coelho. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Enfermagem Anna Nery. Rio de Janeiro, RJ. Políticas públicas para a saúde do idoso: revisão sistemática. Rev. Bras. Enferm. Brasília, 2010, mar-abr; 63(2): 279-84.
10. **World Health Organization (WHO)**. 1ª edição traduzida para o português – 2005 Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS – OMS. Brasília/DF – Brasil Acesso em 27/07/2018 em: www.opas.org.br
11. Alexandre de Oliveira Alcântara, Ana Amélia Camarano, Karla Cristina Giacomini, Política nacional do idoso: velhas e novas questões – Rio de Janeiro: Ipea, 2016. ISBN 978-85-7811-290-5
12. **Instituto de Longevidade Mongeral Aegon**. Índice de desenvolvimento urbano para a longevidade. Acesso em 31/07/2018. <https://idl.institutomongeralaegon.org/sobre-o-idl>

INSTITUTO DE | MONGERAL
LONGEVIDADE | AEGON